



FACULDADE ADVENTISTA DA BAHIA
PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

JOILMA SAMPAIO NOGUEIRA

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO NO BRASIL: Uma análise
do Programa de Urbanização e Regularização de Assentamentos Precários no
Município de Santo Antonio de Jesus/BA**

Cachoeira
2010

JOILMA SAMPAIO NOGUEIRA

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO NO BRASIL: Uma análise
do Programa de Urbanização e Regularização de Assentamentos Precários no
Município de Santo Antonio de Jesus-BA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência para obtenção do título de Especialista no curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da Faculdade Adventista da Bahia.

Orientador: Prof. M. Sc. Prof. Ricardo Costa da Silva Souza Caggy.

Cachoeira
2010

POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO NO BRASIL: Uma análise do Programa de Urbanização e Regularização de Assentamentos Precários no Município de Santo Antonio de Jesus-BA

Joilma Sampaio Nogueira¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo a exemplificação de uma experiência de Políticas Públicas de habitação que está ocorrendo no município de Santo Antonio de Jesus/BA, no Bairro Santa Madalena, através da implantação do FNHIS (Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social), que trata-se de iniciativa do Governo Federal, fornecendo através deste Programa, uma infraestrutura abrangente, com obras de pavimentação em paralelepípedo, drenagem, rede de esgoto e sistema de tratamento, contenção de encostas, construção de posto de saúde, praças e quadra poliesportiva, recuperação e construção de casas, revisão e complementação da rede elétrica e hidráulica, recuperação ambiental e implementação de coleta de lixo e correios, e a execução de um Projeto Social específico para a comunidade, bem como regularização fundiária, com a entrega da Escritura para os beneficiários do citado Bairro. Dentro deste contexto, buscou-se investigar qual a satisfação dos moradores com a sua implantação e em que medida este programa trará melhorias para as condições de vida da população do citado Bairro.

Palavras-chave: Favela, habitação de interesse social, políticas habitacionais.

ABSTRACT

This article aims to provide an example of an experience of public housing policy that is taking place in Santo Antonio de Jesus, Bahia, in the Barrio Santa Magdalena, through the deployment of FNHIS (National Fund for Social Housing), which it is Federal Government initiative, providing through this program, a comprehensive infrastructure, including paving with parallelepiped, drainage, sewage system, slope stabilization, construction of health centers, plazas and courts, rehabilitation and construction of houses, revision and completion of the power grid and water system, implementation of

¹ Administradora pela Faculdade de Ciências Empresariais/BA – joilmanogueira@yahoo.com.br.
Pesquisa de conclusão de curso para a obtenção do título de especialista em Gestão Pública.

garbage collection and mail, as well as land tenure, with delivery of Scripture for the beneficiaries of that district. Within this context, we sought to investigate the extent to which this program will improve living conditions for the population of that district and that residents' satisfaction with their deployment.

Key-words: *Slum, social housing, housing policies.*

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal incluiu a moradia entre os direitos sociais mínimos, prevendo a promoção de programas de habitação e saneamento básico pelas três esferas do governo. Apesar do reconhecimento do caráter essencial da provisão de habitação e serviços urbanos adequados para a inclusão social e o combate à pobreza no país, as condições de moradia da população brasileira ainda são bastante precárias, sobretudo entre as camadas mais pobres.

Conforme Denaldi (2003), as favelas ou habitações subnormais são conjuntos formados por pelo menos 50 domicílios, ocupando terrenos de propriedade alheia aos atuais moradores; essas habitações são em geral aglomeradas de forma desordenada e carentes de condições básicas de saneamento e infraestrutura. E ainda no século XIX já se configuravam como uma alternativa de moradia da população pobre. No século XX, no entanto, houve uma explosão no surgimento de favelas devido ao alto índice de pobreza e esse crescimento da chamada cidade ilegal tem sido progressivo. Diante da completa falta de opção, a população excluída é obrigada a ocupar as áreas que são sem importância e valor para o mercado imobiliário e como consequência, a ocupação destas áreas coloca em risco a segurança dos moradores, causa danos ambientais e compromete a qualidade de vida na cidade como um todo.

Em 1980, o IBGE computou 480.595 domicílios em favelas, o que correspondia a 1,89% dos domicílios brasileiros; em 1991 este número sobe para 1,14 milhões de domicílios em favelas, representando 3,28% do total dos domicílios brasileiros. A taxa de crescimento anual dos domicílios em favelas é de 7,65% no período, quatro vezes maior que a taxa de crescimento anual do parque domiciliar, de 1,89%. Entre 1991 e 2000, o número de favelas teria aumentado cerca de 22% em todo o Brasil (MARICATO, 2001 apud DENALDI, 2003).

Após balanço realizado pela Secretaria Nacional de Habitação (SNH), chegou-se ao consenso que o foco da Política Nacional de Habitação deveria ser a população que

mora nas favelas. Essas políticas públicas para as favelas, depois da Constituição de 1988, passaram a visar a regularização com implantação de infraestrutura, serviços urbanos, melhoria da habitação e regularização fundiária assegurando o direito de posse aos favelados, principalmente a partir de 2001 com a criação do Estatuto da Cidade (GONDIM, 2006). As relações do Estado com populações pobres tem alterado muito o cenário das favelas, tanto pelas suas políticas liberais, quanto pela inserção de novos atores como Organizações Não Governamentais (ONGs). Foi criado então em 16 de junho de 2005 o SNHIS (Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social) – Lei Federal nº. 11.124, com o intuito de implementar políticas e programas que venham promover o acesso a moradia digna para a população de baixa renda.

O FNHIS (Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social) centraliza os recursos orçamentários dos programas de urbanização de assentamentos subnormais. Esses recursos são compostos pelo orçamento geral da união, pelo fundo de apoio ao desenvolvimento social (FAS) e doações de pessoas físicas e jurídicas. O projeto prevê aquisição, construção, conclusão, melhoria, reforma e locação social para as habitações, regularização fundiária e urbanística, construção de equipamentos comunitários e implantação de saneamento básico e infraestrutura.

Fazem parte desse sistema Programas-Projetos destinados à habitação e que são integrados pelo Ministério das Cidades, Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, Caixa Econômica Federal, Conselho das Cidades, Conselhos, Administração Pública dos Estados, Distrito Federal e Municípios, além de Agentes Financeiros autorizados pelo Conselho Monetário Nacional (MINISTÉRIO DAS CIDADES).

Diante do exposto, faz-se pertinente uma análise, da opinião dos moradores com a contemplação do Bairro Santa Madalena para a implantação do referido Programa, com vistas a obtenção de mudança da realidade dos beneficiários sob diversos aspectos, observando-se a pobreza e total falta de habitabilidade que se encontravam antes da sua implantação. A importância desta investigação se confirma pela necessidade de mensurar e avaliar o objeto desta pesquisa.

Desta forma, a pergunta norteadora deste trabalho é: **Em que medida o Programa de Urbanização e Regularização de Assentamentos Precários em Santo Antônio de Jesus, melhorou as condições de vida da população do Bairro Santa Madalena e qual a satisfação dos moradores com o projeto?**

Neste sentido, dois objetivos foram propostos para a investigação: a) Avaliar a satisfação dos moradores com a política pública de habitação implantada; b) Identificar se houve melhoria nas condições de vida dos beneficiários.

Despertou-se o interesse em pesquisar este tema, para identificar se o Projeto de Urbanização e Regularização de Assentamentos Precários promoverá satisfação das pessoas que terão benefícios diretos e indiretos e se a sua implantação trará melhoria nas condições de vida dos beneficiários, visto que trata-se de um Projeto abrangente, que possivelmente trará melhor qualidade de vida para os moradores do Bairro Santa Madalena.

METODOLOGIA

A Metodologia aplicada neste artigo foi pesquisa descritiva, que na concepção de Gil (1999) tem como objetivo principal descrever características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. A principal característica da pesquisa descritiva é a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

O procedimento utilizado que conduziu a pesquisa foi o estudo de caso que se caracteriza principalmente pelo estudo concentrado de um único caso.

Bruyne, Herman e Schoutheete (1977) afirmam que o estudo de caso justifica a sua importância por reunir informações numerosas, ricas em detalhes que auxiliam no maior conhecimento relacionado ao assunto estudado.

A pesquisa envolveu as pessoas inseridas na realidade pesquisada através da aplicação de questionários padronizados fechados e estruturados, no qual se mediu a impressão dos atores em relação ao fenômeno pesquisado. A pesquisa também foi composta por investigações realizadas em artigos científicos, sítios da internet, assim como relatórios, atas de reuniões e em demais documentos oficiais da Prefeitura Municipal de Santo Antonio de Jesus (Secretarias Municipais de Infraestrutura e Ação Social). Os dados obtidos foram tabulados em planilhas que possibilitaram quantificar as respostas recebidas. O bairro em questão conta com uma população de 1.324 habitantes, totalizando 331 famílias. As famílias que já foram beneficiadas pelo programa totalizam 45. A amostra utilizada para o trabalho foi de 35 famílias, cujo projeto foi implantado na sua totalidade. O questionário foi respondido pelo morador (chefe de família) tendo em vista que o mesmo é o responsável pelo sustento e

manutenção daquela moradia e de seus ocupantes. O questionário foi composto por 10 perguntas (anexo 01).

REFERENCIAL TEÓRICO

1 Histórico das Políticas Públicas para habitação no Brasil e a nova Política Nacional de Habitação

Segundo Santos (1999), a habitação como um bem, possui características que justificam a atuação governamental no mercado de habitações. Dentre elas está a necessidade básica do ser humano por moradia, de modo que toda família é uma demandante em potencial do bem habitação. O custo alto, que demanda financiamentos de longo prazo que viabilizem a sua comercialização/aquisição. Além do fato de que a habitação responde por parcela significativa da atividade do setor de construção civil, que por sua vez, responde por parcela significativa da geração de empregos e do PIB da economia.

Há muito tempo o processo de habitação no Brasil enfrenta dificuldades. O sistema das Capitâneas Hereditárias que vigorou entre os anos de 1534 e 1536 deixou marcas profundas na divisão de terras do Brasil. A distribuição de terras, injusta e desigual foi responsável pelo surgimento posterior dos latifúndios, centralizando nas mãos de poucos, o que muitos desejavam.

Uma das primeiras ações destinadas especificamente à produção habitacional foi a criação do órgão federal denominado FCP (Fundação da Casa Popular), em 1946, que financiava a construção de habitações, dava apoio à indústria de materiais de construção e à implementação de projetos de saneamento. Até então, as moradias eram autofinanciadas ou de responsabilidade da iniciativa privada. Mas o modelo não durou muito. As condições de empréstimos adotados na época não tinham correção monetária, então, quando a inflação se intensificou na década de 50, as pessoas tomavam empréstimo e pagavam valores que não representavam nada (KLUMB, 2008).

A FCP foi extinta em 1964 e no mesmo ano foi criado o Sistema Financeiro de Habitação (SFH), representando o marco fundamental da intervenção do governo brasileiro no setor habitacional, diante das grandes carências habitacionais das camadas populacionais de baixa renda no país. Afinal, a grande parte das moradias já existentes não contava com uma infraestrutura adequada.

As fontes de recursos do SFH eram basicamente a arrecadação do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos (SBPE), isto é, o conjunto da captação das letras imobiliárias e cadernetas de poupança; e a partir de 1967, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), gerado a partir de contribuições compulsórias dos trabalhadores empregados no setor formal da economia. O órgão central do SFH era o Banco Nacional da Habitação (BNH), responsável pelo gerenciamento do FGTS e fiscalização da aplicação dos recursos das cadernetas de poupança, além da definição das condições de financiamento das moradias para os consumidores finais. O BNH tinha ainda a incumbência de garantir a liquidez do sistema diante de dificuldades conjunturais², (SANTOS, 1999). O desempenho do SFH, então, dependeria fundamentalmente desses dois fatores básicos: a capacidade de arrecadação do FGTS e do SBPE e o grau de inadimplência dos mutuários. O que leva a constatar que esse era um ponto vulnerável do sistema, à medida que as flutuações macroeconômicas afetam essas variáveis, implicando, portanto, em possível queda dos salários dos mutuários e conseqüentemente, um aumento da inadimplência.

Vale ressaltar que os recursos do SBPE eram destinados à construção de unidades habitacionais para as classes de renda média; onde os empreendedores responsabilizavam-se pela venda das unidades e esses últimos, por sua vez, responsabilizavam-se pelo pagamento do empréstimo às instituições financeiras, tornando-se, assim, mutuários do sistema. O empreendedor, portanto, era apenas um intermediário do processo, dado que após a venda do imóvel ele repassava sua dívida com as instituições financeiras para os mutuários. Já a arrecadação do FGTS era destinada “prioritariamente à construção de casas de interesse social (conjuntos populares e cooperativas)” (SANTOS, 1999 apud AZEVEDO, 1995), ainda que posteriormente tenham sido canalizados também para os setores de saneamento e desenvolvimento urbano.

A expectativa dos formuladores do SFH era que o sistema fosse capaz de gerar de maneira auto-sustentada, o que realmente aconteceu até 1979, quando a inflação se mantinha a uma taxa de 45%; no entanto, em 1980 e 1983 os índices subiram para 100% e 200%, o que afetou drasticamente o cenário. Além dessa aceleração inflacionária, houve o fato de que, pela primeira vez desde o início do SFH, o reajuste das prestações dos mutuários das classes média e alta foi maior do que seus reajustes salariais, levando à intensa inadimplência.

² Tais dificuldades poderiam ter origem em eventuais problemas com a captação das poupanças voluntárias no curto prazo ou em elevações temporárias dos índices de inadimplência dos mutuários.

TABELA

Evolução da Taxa de Inadimplência do SFH no Período 1980/1984 (Em porcentagem dos financiamentos)			
Ano	Até Três Prestações em Atraso	Mais de Três Prestações em Atraso	Total
1980	21,8	4,3	26,1
1981	24,1	3,7	27,8
1982	28,7	4,8	33,5
1983	34,1	12,3	46,4
1984	31,5	23,1	54,6

Fonte: Gonçalves (1997)

Como aponta Santos (1999), diante desta crise, o BNH reconhece a incapacidade do sistema em suprir as necessidades da população de baixa renda do país e de conter o crescimento do número de habitações informais, já que apenas 33,5% das unidades habitacionais financiadas pelo SFH ao longo da existência do BNH foram destinadas à habitação de interesse social; o que resultou na criação de programas habitacionais destinados especificamente às populações de renda inferior a três salários mínimos. Entre eles estão o PROFILURB, o PRO-MORAR e o João de Barro, que visavam basicamente auxiliar a autoconstrução.

Entre 1985-1990 os problemas se agravaram, o que inviabilizou qualquer tentativa de retomada da política habitacional nos moldes anteriores; mesmo com a criação do Ministério do Desenvolvimento Urbano (MDU) na Nova República e um forte discurso de renovação, algumas medidas vieram a prejudicar ainda mais o sistema habitacional. Azevedo (1995) cita entre essas medidas a concessão de um elevado subsídio para os mutuários, isso em resposta às ações dos movimentos de mutuários, que diminuiu a inadimplência e aumentou a liquidez a curto prazo, mas por outro lado, impediu a evolução do passivo e do ativo³. Além disso, segundo o Plano Cruzado, de março de 1986, as prestações dos mutuários deveriam ser reajustadas pela média dos

³ “O descasamento entre a evolução do passivo (junto aos poupadores do SBPE e ao FGTS) e o ativo (as prestações dos mutuários) do SFH, contribuindo assim de maneira decisiva para a formação do *rombo* do FCVS, o fundo responsável pela equalização entre as operações ativas e passivas do sistema. Além disso, cumpre destacar o caráter altamente regressivo do subsídio (indiferenciado) concedido aos mutuários do sistema, dado que a maioria desses últimos era composta por famílias de renda média e alta” (SANTOS, 1999).

reajustes dos doze meses imediatamente anteriores e deveriam permanecer congeladas pelos doze meses seguintes, gerando prestações muito inferiores ao valor dos aluguéis correspondentes aos imóveis. Como resultado, as prestações não cobriam os juros dos saldos devedores existentes, muito menos fazia caixa para a concessão de novos financiamentos. Depois de muitas reformulações, o BNH foi extinto em 21 de novembro de 1986, através do Decreto nº. 2.291, passando a gestão do SFH para a Caixa Econômica Federal.

A gestão das políticas públicas para habitação sofreu mudanças nos anos de 1990 e 1991. Durante esse período, os programas na área de habitação popular, agora sob o controle do Ministério do Bem-Estar Social, foram reestruturados passando a exigir a participação de conselhos com participação comunitária dos governos locais e uma contrapartida financeira desses últimos aos investimentos da União. Tais mudanças aumentaram significativamente o controle social e a transparência da gestão dos programas.

A nova Política Nacional de Habitação (PNH) do atual governo, ainda na visão de Azevedo (1995), tem como vertentes a focalização das políticas públicas voltadas para a área habitacional no atendimento das camadas populacionais de baixa renda, que concentram cerca de 85% do déficit habitacional brasileiro, a necessidade de descentralizar e aumentar o controle social sobre a gestão dos programas federais de habitação, o reconhecimento, por parte do governo, de sua incapacidade de resolver sozinho o problema habitacional do país e da necessidade de tentar melhorar o funcionamento do mercado de moradias no Brasil e o reconhecimento de que as políticas públicas não devem negligenciar a grande parcela da população de baixa renda do país que trabalha no setor informal da economia e/ou habita moradias informais. As ações e os programas dessa Política Nacional de Habitação podem ser divididos em: 1. Atuação no financiamento (a fundo perdido ou subsidiado) a estados e municípios para a reurbanização de áreas habitacionais muito degradadas com melhoria das habitações existentes/construção de novas habitações e instalação/ampliação da infra-estrutura dessas áreas, ocupadas principalmente pelas camadas populacionais de renda inferior a três salários mínimos mensais, 2. Atuação na provisão de financiamentos de longo prazo para a construção/melhoria de habitações destinadas principalmente à população de renda mensal até doze salários mínimos mensais e 3. Políticas voltadas para a melhoria do desempenho do mercado habitacional, tanto na reformulação da legislação quanto no desenvolvimento institucional e tecnológico do setor (AZEVEDO, 1995).

2 Políticas públicas habitacionais

De acordo com Pinheiro (2008) o estabelecimento de políticas públicas no Brasil é de competência do poder executivo em todas as instâncias de governo. Elas são criadas por meio de instrumentos legais que definem um determinado aspecto social, cultural, econômico ou de ordenação territorial como prioritário para atuação do poder público, estabelecendo diretrizes, planos e metas a serem atingidos. Os ministérios, no âmbito federal, e as secretarias estaduais e municipais são responsáveis pelo detalhamento, pelo aprofundamento e pela aplicação das políticas públicas a partir de instrumentos criados especialmente para isso (leis, decretos e normas, programas de trabalho, monitoramento, fiscalização, etc). Nas cidades, o poder local conta com os Planos Diretores para definir as Políticas Públicas Urbanas.

3 Desenvolvimento Territorial

Braga, Morelli e Lages (2004), afirmam que diante das desigualdades regionais marcantes que ainda persistem, é fundamental pensar no desenvolvimento territorial como uma ação induzida e partilhada pelo Estado para uma melhor repartição geográfica das atividades econômicas.

O Brasil apresenta zonas de povoamento de densidade muito baixa em contraste com as fortes densidades das áreas metropolitanas. Portanto, é fundamental construir estratégias voltadas para a inclusão dessas zonas nas instâncias produtivas.

De acordo com o pronunciamento da Codevasf (2010), este quesito refere-se a combinação de políticas governamentais descendentes com iniciativas de desenvolvimento endógeno. Trata-se de um desenvolvimento local baseado na participação da sociedade civil. Objetiva promover o planejamento, a implementação e a autogestão do processo de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e o fortalecimento e a dinamização da sua economia. O Desenvolvimento Territorial apoia-se na formação de uma rede de atores trabalhando para a valorização de atributos de uma certa região. Sendo o Território a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade entre pessoas, grupos sociais e instituições que podem ser mobilizadas e convertidas em um trunfo crucial para o estabelecimento de iniciativas voltadas para o desenvolvimento.

4 Programas e projetos políticos de diminuição das contradições habitacionais

Segundo Mendonça (2010), de acordo com o 4º Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, o déficit habitacional urbano do País caiu de 6,27 milhões de unidades em 2007 para 5,8 milhões, em 2008. A diferença é de 476 mil casas em um ano.

Na visão do Ministro das Cidades, Márcio Fortes, o programa habitacional Minha Casa, Minha Vida e as obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) foram considerados os motivos para a queda do déficit. “Temos feito com que o déficit habitacional venha caindo, com as obras que estão sendo feitas, com os programas que estão sendo implementados com vigor”, afirmou o ministro, de acordo com a Agência Brasil. “São investimentos sólidos, fortes e importantes, que levarão adiante a decisão do governo de atacar o problema habitacional”.

Dados atualizados em 18/09/10 fornecidos pelo Ministério das Cidades divulgam queda do déficit habitacional no Brasil. O resultado final do estudo realizado pela Fundação João Pinheiro revela queda de 6 milhões (indicador de 2007 atualizado) para 5,572 milhões de moradias. Desse total, 83% dos domicílios se localizam em áreas urbanas. A maior concentração do déficit habitacional, 96,6% do total continuava abrangendo as famílias com renda inferior a cinco salários mínimos.

5 A escolha do bairro Santa Madalena, as características do projeto e o seu funcionamento

O Projeto de Urbanização e Regularização do Bairro Santa Madalena no município de Santo Antonio de Jesus/BA nasceu como fruto das articulações entre o Deputado Federal Roberto Britto e o Prefeito Municipal Euvaldo Rosa, durante sua estada em Brasília, buscando intensificar a obtenção de recursos para aplicação no município. Em conversa informal, foi abordado o assunto da liberação do FNHIS para a cidade de Jequié, reduto político do citado Deputado bem como o desinteresse do Prefeito da referida cidade para aplicação deste programa. Neste momento o Deputado ofereceu o FNHIS que seria destinado à cidade de Jequié para Santo Antonio de Jesus e a partir daí, todos os esforços dos técnicos se voltaram a fim de elaborar o projeto, obedecendo todas as exigências contidas no programa e em agosto de 2007 o projeto de

Engenharia e o Social foram encaminhados à Caixa Econômica Federal⁴.

A implantação do projeto, com ações de apoio à melhoria das condições de habitabilidade das residências subnormais na localidade, está sendo executado com intervenção da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Secretaria Municipal de Ação Social e a Assessoria Jurídica do município. Segundo Jaciara Nunes de Oliveira, responsável técnica-social do Projeto, o Setor de engenharia, a Secretaria de Ação Social e a Assessoria Jurídica atuam em ações coordenadas para colocar em prática o projeto. Sem essa cooperação não é possível articular as atividades e realizá-las. Existe uma intensa ajuda mútua entre estes setores da gestão municipal.

O valor total da obra está orçado em R\$ 3.465.000,00. O valor do repasse é de R\$ 3.300.000,00 com contrapartida para o município de 5% R\$ 165.000,00. Inicialmente o prazo para a conclusão das obras era de 08 meses, mas diante de inúmeras situações imprevisíveis, a previsão final é para junho/2011. Serão beneficiadas 331 famílias de forma direta e indireta, totalizando 1.324 pessoas. Destas, 316 receberão melhorias nas suas residências e 15 serão beneficiadas com casas novas por estarem expostas a situação de risco. Segundo levantamento do perfil socioeconômico realizado pela Secretaria de Ação Social, a renda média familiar é de menos de 01 salário mínimo e o índice de mulheres chefe de família é predominante.

O aglomerado populacional formador da invasão denominada 'Má Vida' e 'Santa Madalena' começou há mais de três décadas na ocasião da implantação da BR-101, na área da antiga estrada de ferro, com uma topografia extremamente irregular. A ocupação ilegal, desordenada e sem a devida infraestrutura, colocava em risco a vida dos moradores que não tinham a mínima condição de saneamento, trafegabilidade e segurança.

A falta de planejamento deste espaço resulta em casas amontoadas, becos e encostas íngremes, ruas intransitáveis por veículos e moradias em perigo. Além de falta de espaço para lazer e unidade básica de saúde que não atendia a demanda. Segundo moradores e profissionais de saúde que atuam no local, existem ainda os problemas de prostituição e gravidez precoce, inclusive infantil, como resultante da falta de renda, trabalho e desarticulação da rede local de proteção à criança e adolescente. Existem duas associações de moradores no Bairro que não funcionam atualmente, deixando a comunidade sem representatividade. Entretanto, o cronograma de atividades prevê a

⁴ Informação cedida pela Arquiteta responsável pelo Projeto, Maria Helena Rodrigues Costa, em entrevista cedida no dia 16/08/10.

realização de uma eleição em assembléia geral para eleger os moradores que farão parte de Associação de Moradores do Bairro Santa Madalena.

A questão do desemprego é marcante para os moradores desta localidade, onde a renda per-capita é muito baixa, devido a baixa remuneração, decorrente de trabalhos temporários e sem vínculo empregatício.

No início das atividades a Prefeitura de Santo Antônio de Jesus, através das Secretarias de Infraestrutura e Ação Social realizou um cadastramento de todas as famílias da comunidade e através dele foi possível medir a situação de carência estrutural e pobreza absoluta que vive as famílias do Bairro. Após esta avaliação, com uma abordagem dos aspectos econômicos, habitacionais e sociais, concluiu-se que deveria priorizar o Bairro Santa Madalena para a implantação do Programa FNHIS. Uma reunião com a comunidade foi realizada com o objetivo de divulgar o resultado obtido com este levantamento e expor aos moradores um auto-retrato da comunidade. O intuito foi fornecer dados para que as pessoas ao conhecer melhor a realidade do Bairro pudessem refletir sobre quais melhorias gostariam que fossem implantadas no Projeto. Houve na ocasião uma participação efetiva dos moradores emitindo suas opiniões e debates sobre as necessidades em comum. Neste momento os moradores sinalizaram sobre a necessidade de implementação de ações relativas à qualificação profissional e esta solicitação foi atendida e inserida no Projeto Social, que prevê a inserção dos beneficiários no mercado de trabalho através da disponibilização de cursos de capacitação, trazendo como consequência qualidade de vida, valorização pessoal e dignidade. A idéia foi preparar os moradores para assumir uma profissão que lhes garantisse retorno financeiro, tirando-lhes da condição de miséria que se encontravam, antes da implantação do projeto.

Os cursos são: Pedreiro, Manicure, Cabeleireiro, Confeção de Lanches Comerciais, Materiais Recicláveis, Futebol, Voleibol, Corte e Costura, Horta Comunitária, Reforço Escolar, Manutenção de Microcomputador, Informática Básica, Acondicionamento de Lixo e Pintura em tecido. Alguns destes cursos foram ministrados por moradores da comunidade que possuem experiência e habilidade. Ao término de alguns dos citados cursos, os participantes receberam KIT com instrumentos de trabalho necessários para a realização dos serviços objetivando ajudá-los no início da sua trajetória profissional.

Com a Regularização Fundiária todos os moradores receberão seus títulos de posse e para viabilizar a emissão deste documento, serão realizadas ações integradas

com os setores Jurídico e de Engenharia, com a finalidade de realizar o cadastro físico para definição da área através do Setor de Engenharia e a Secretaria de Ação Social.

Outra ação idealizada pela Secretaria de Ação Social, visando a integração da comunidade, é a Feira da Cidadania que contará com o apoio de diferentes órgãos e entidades, comunidade e professores, com o objetivo de encaminhar as pessoas aos órgãos competentes. As Secretarias Municipais definirão as ações necessárias para a realização da Feira, dentro da sua esfera de responsabilidades e atribuições.

Os alunos beneficiários da comunidade escolar local que estão cursando o Ensino Fundamental terão acesso ao Projeto Resíduos Sólidos: Manejo Correto, Benefício de Todos, elaborado e disponibilizado pela Secretaria Municipal de Educação. O referido projeto proporcionará a conscientização dos alunos sobre a importância do manejo adequado do lixo produzido na região onde vivem, evitando danos à saúde e ao meio ambiente; facultando aos mesmos a capacidade de tornarem-se multiplicadores. Este assunto é relevante, pois segundo resultado da entrevista realizada com a comunidade verificou-se que se trata da maior preocupação dos moradores, pois eles acreditam que devido ao acondicionamento de lixo ser realizado de maneira incorreta, eles ficam vulneráveis a diversas doenças como: leptospirose, leishmaniose e verminoses, pois observam os inúmeros casos das citadas doenças ocorrendo de forma significativa na população local.

Objetivando a garantia dos interesses dos moradores e a representatividade dos mesmos e para atender as exigências do Programa, foi criada a CAO (Comissão de Acompanhamento da Obra). Formada em reunião para colher opiniões/sugestões da comunidade, bem como fiscalização da obra. Na ocasião da sua criação contava com uma intensa atuação dos moradores no processo participativo de tomada de decisões, mas com o passar do tempo passou a surgir divergências entre os membros que culminou com a sua dissolução.

ANÁLISE DA PESQUISA

Com base na pesquisa de campo realizada entre os dias 02 a 04 de dezembro de 2010 os dados tabulados apresentam os seguintes resultados com relação ao perfil socioeconômico e questionário (quadro analítico):

A pesquisa revelou que 66% dos entrevistados são do sexo masculino e 34% são do sexo feminino. Nesta amostra foi possível verificar que os homens chefes de família predominam, mas segundo dados obtidos no Projeto Social observou-se que tratando-se

do universo, a predominância é do sexo feminino que conta com mães que necessitam garantir o sustento da família.

Observa-se que 89% dos entrevistados são economicamente ativos e apenas 11% está na terceira idade. A predominância de pessoas com até 40 anos é notória com 49% dos pesquisados, sendo que destes, 35% estão na faixa dos 23 aos 30 anos, evidenciando que a formação das famílias inicia precocemente geralmente ocasionada com a ocorrência de gravidez, trazendo como consequência a impossibilidade de estudar e tornando-se um impedimento que resulta no desinteresse em despertar nos moradores a perspectiva de obter uma colocação no mercado de trabalho que possibilite proporcionar para a família uma condição digna de sobrevivência.

Dos entrevistados 53% possuem o grau de escolaridade até o ensino fundamental incompleto, indicando que a evasão escolar é decorrente da necessidade de trabalhar e não ter tempo para os estudos, desconsiderando a necessidade de buscar instrução, demonstrando uma espécie de acomodação com a situação de carência que se encontram, sem vislumbrar a possibilidade de mudar o contexto que estão inseridos. 23% não é alfabetizado e 9% é Alfabetizado. Este fato impacta diretamente na possibilidade de obtenção de resultados favoráveis que possam garantir um retorno financeiro consistente, capaz de trazer melhoria na atual situação que se encontram, pois a falta de instrução e capacitação inviabiliza o processo de mudança de realidade destas famílias. Outro fato observado que interfere neste processo é a grande incidência de gravidez precoce ou de um número elevado de filhos que impede a mulher de estudar porque precisa cuidar dos filhos. A porcentagem encontrada para o Ensino Fundamental Completo foi de 6%, este mesmo resultado foi obtido no Ensino Médio Completo, demonstrando a falta de interesse dos demais em estudar e instruir-se. Apenas 3% (um entrevistado) possui Curso Superior Incompleto, evidenciando que a dedicação aos estudos é o desejo da minoria dos entrevistados. É importante salientar que o resultado encontrado não possui relação com dificuldade de locomoção para chegar à escola, pois no Bairro existe a Escola Municipal Madre Maria do Rosário que é localizada do lado oposto à comunidade em questão e possui acesso fácil através de uma passarela que garante segurança aos alunos. Esta escola oferece cursos do Ensino Fundamental, inclusive o Programa EJA - Educação de Jovens e Adultos, um sistema de ensino utilizado na rede pública do Brasil para o enquadramento de jovens e adultos na educação. Observa-se que a falta de interesse pelos estudos é um fator relevante identificado na comunidade estudada.

No II Recenseamento Geral de População e Habitação (IIRGPH) foi considerado como agregado familiar todo o grupo de pessoas, ligadas ou não por laços de parentesco, que vivam na mesma casa e compartilhem das despesas da casa. Nesta pesquisa foi utilizado o mesmo conceito. A porcentagem do somatório das residências que possui 01 e 02 moradores totaliza 18%. Os agregados familiares contam com um número acentuado a partir de 03 e 04 habitantes, totalizando 50%. Com a obtenção deste resultado é possível identificar que no último caso o número de filhos varia de 01 a 03 levando-se em consideração que 34% dos domicílios visitados referem-se à presença de mães chefes de família que moram sem os seus companheiros. Nos demais casos esta estatística cresce e chega a até 08 pessoas representando 6% dos entrevistados, evidenciando um número maior de crianças nos agregados familiares.

Através desta indagação foi possível identificar que apenas 14% das famílias entrevistadas residem no Bairro Santa Madalena há menos de 10 anos. A pesquisa revela que dos moradores que foram submetidos à entrevista 38% fixaram residência há mais de 20 anos. Os demais variam de 31 a 40 anos e 41 a 50, respectivamente 20% e 11%. Estes resultados podem ser analisados pela falta de oportunidade e condições financeiras capazes de possibilitar a mudança dos mesmos para outros bairros ou pela notável acomodação dos moradores com a realidade que vivenciam e a incapacidade de reversão de alguns dos fatores socioeconômicos que os mesmos estão expostos.

Dos moradores entrevistados 58% responderam que estão desempregados, 11% refere-se a aposentados e pensionistas e 31% possui trabalho fixo. A soma da porcentagem dos chefes de família que possui renda mensal garantida é de 42%, resultado inferior ao dos entrevistados desempregados. A análise deste quadro indica que poucos procuram mudar de vida, através da busca de alternativas de atividades laborais que possibilitem o aumento ou melhora da renda da família, ao contrário disso nota-se que a inércia e a acomodação predominam. No momento da entrevista observou-se que alguns dos entrevistados responderam que são beneficiados por programas governamentais, evidenciando que possuem a renda per capita exigida para serem contemplados ou pela existência de crianças com a faixa etária que obedece aos requisitos do Governo Federal. O sustento destas famílias é garantido essencialmente com o recebimento dos citados programas.

Outro fator relevante relacionado a esta questão é o baixo grau de instrução dos entrevistados, conforme observado no grau de escolaridade, corroborando assim com o resultado encontrado.

Ao serem questionados se foram previamente informados sobre a abrangência do Projeto todos os entrevistados foram unânimes em responder positivamente, evidenciando que o trabalho das Secretarias Municipais (Infraestrutura e Ação Social) foi realizado a contento e que o objetivo de levar ao conhecimento dos moradores a abrangência do Projeto foi atendido na sua totalidade.

Os entrevistados que responderam que a implantação do Projeto apresentado à comunidade está sendo implantado na sua totalidade, corresponde a 69%. Os chefes de família que discordaram equivale a 31%. Diante da percepção do entrevistador foi possível identificar que os entrevistados preferiram direcionar o questionamento para a externalização da insatisfação em relação ao desagrado com os serviços oferecidos no andamento da obra. Eles reconhecem que a obra está sendo executada, mas acrescentam comentários sobre a lentidão, má qualidade dos serviços realizados, divergência de informações por parte dos técnicos envolvidos, execução de serviços que foram prometidos e não foram cumpridos bem como o favorecimento desnecessário com execução de serviços em moradias que não necessitavam em detrimento de outras extremamente carentes que não receberam o mesmo tratamento.

Foi investigada a opinião dos moradores com relação à satisfação com o Projeto e 86% dos entrevistados sinalizaram que estão satisfeitos. Eles reconhecem que a obra trouxe melhorias significativas e sentem-se gratos pelos benefícios que receberam em suas residências, apesar de alguns expressarem insatisfação em relação à qualidade dos serviços executados que segundo eles deixou a desejar, alguns inclusive informaram que tiveram que refazer serviços em suas casas. Um ponto que proporcionou muita satisfação às famílias do Bairro foi a pavimentação das ruas, eles comentam que este foi o serviço mais importante, pois eles saíram da lama. Os 14% que se mostraram insatisfeitos com o projeto no momento da entrevista falaram das questões negativas mencionadas.

Dos moradores entrevistados 71% informaram que estão satisfeitos com o desempenho das Secretarias envolvidas no Projeto e 29% declararam não estar satisfeitos.

Quando questionados se foram informados sobre os cursos inseridos no Projeto, 89% dos entrevistados responderam sim e 11% disseram que não.

Dos entrevistados 71% informou que não participou dos cursos oferecidos pelo Projeto apesar de 89% terem afirmado que tiveram conhecimento prévio. Apenas 29% participaram. Conforme relatado anteriormente, diversos cursos foram inseridos no

Projeto Social e disponibilizados para serem ministrados no Bairro em estudo por solicitação dos próprios moradores. Observa-se que parte significativa dos entrevistados não se interessa pela busca de conhecimento, reafirmando que o resultado obtido evidencia a falta de vontade de mudar de vida e a evidente acomodação diante condição que vivem.

Dos 29% dos entrevistados que participaram dos cursos apenas 6% se interessou em aplicar os ensinamentos obtidos com o objetivo de melhorar a renda da família.

Com relação à Regularização Fundiária, 97% dos entrevistados dizem que se sentirão respeitados e incluídos socialmente após o recebimento do título de posse definitivo do seu imóvel e apenas 3% discorda. Dos beneficiários entrevistados, 94% responderam que reconhecem que a obra trouxe como retorno melhora na qualidade de vida das suas famílias através da implantação do Projeto e apenas 6% não concordaram. 91% dos moradores informou ter interesse em continuar morando no Bairro após a conclusão do Projeto e 9% declararam que pretendem morar em outro Bairro ou outra cidade assim que for possível. Conforme identificado no levantamento socioeconômico, 86% dos entrevistados residem no Bairro há mais de 10 anos, estes relataram que gostam do lugar que escolheram para morar e que a implantação do Projeto proporcionou-lhes muito mais satisfação em continuar morando no Bairro diante dos benefícios alcançados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implantação do Programa de Urbanização e Regularização de Assentamentos Precários no Bairro Santa Madalena trouxe mudanças significativas para os moradores não apenas pelo aspecto arquitetônico e urbanístico que tornou o local visivelmente mais agradável, mas também pelos novos serviços públicos e espaços que foram disponibilizados, antes não contemplados à comunidade.

Pode-se afirmar que as obras e serviços disponibilizados no Programa devolveram aos moradores a dignidade que todo cidadão deve ter garantida.

As famílias residentes no citado Bairro viviam em situação irregular e ao fim da implantação do Programa será possível visualizar um Bairro, não mais uma favela ou uma localidade onde residem invasores de terras que se instalaram e passaram a morar desconsiderando as condições de risco e a total falta de habitabilidade. Agora eles serão iguais a qualquer pessoa que mora em bairros distintos da cidade por possuírem residência fixa em um local digno, com título de propriedade e por serem contemplados

com um Programa abrangente que os exclui deste estigma, pois referem-se a munícipes que são merecedores do respeito de todos.

O quadro social do bairro estudado é de carência e pobreza. O grau de instrução dos moradores os obriga a submeterem-se a empregos que exige baixa qualificação e, por conseguinte, ao que tudo indica temporários, sazonais e que oferecem baixa remuneração. Notou-se que os entrevistados levam uma vida passiva sem expectativa de melhora da sua condição através do próprio esforço, onde a espera pela ação do ente público para trazer um pouco mais de dignidade para si e seus familiares é notório.

Diante de um olhar atento é permitido identificar que através da articulação dos moradores é possível realizar futuros projetos de complementação de renda capazes de fortalecer a economia do bairro, a exemplo da utilização dos ensinamentos adquiridos nos diversos cursos que foram ministrados, favorecendo aos moradores, em especial as mulheres com a proximidade do trabalho com a casa, a escola e a creche, pois elas podem trabalhar sem distanciarem-se dos seus filhos, mas, como a pesquisa revelou, não basta apenas a intervenção do poder público, para que isso efetivamente ocorra, faz-se necessário que os beneficiários mudem de atitude e tomem a frente do processo ações proativas que possibilitem a melhoria das suas condições de vida, tanto no aspecto financeiro como no de cidadão que se preocupa com a família e a comunidade com o objetivo de mudar a realidade e conseqüentemente vislumbrar a possibilidade de reversão da situação hoje instalada.

Nota-se que a implantação do Programa está sendo um grande aprendizado para a comunidade e para o município. Percebe-se a necessidade da Prefeitura rever o modelo utilizado de gestão pública que delineou as ações para implantação do Programa em questão, de forma que os erros não se repitam em experiências futuras.

Um fator importante que foi observado é a relação que se estabelece entre o município e as pessoas envolvidas na comunidade. O contato direto dos moradores com os técnicos exige destes últimos, um esforço muito além das funções a eles atribuídas. Os moradores recorrem a eles, pois percebem a instituição do poder público incorporado na pessoa dos técnicos e, portanto, exigem posições autônomas e imediatas na resolução de problemas, ficando para os profissionais a responsabilidade por decisões algumas vezes tomadas de maneira incorreta, impensada ou inconseqüente, que podem provocar situações irreversíveis.

O cuidado que os profissionais envolvidos no Projeto necessitam ter com as famílias beneficiárias em uma obra deste porte bem como em qualquer outra obra de intervenção que interfira na rotina das famílias e no sonho de ver as melhorias

acontecerem pode ser um fator de sucesso ou de extremo desgaste para o município, dependendo da maneira que o trabalho for conduzido.

É imprescindível que todas as ações que estão previstas sejam previamente esclarecidas aos moradores de forma clara e verdadeira. Toda e qualquer alteração no Projeto deve ser comunicada e em hipótese alguma os profissionais envolvidos devem prometer serviços sem que seja possível executá-los, a fim de evitar futuros desgastes. Este discurso se justifica diante da percepção obtida com a queixa de diversos moradores que sinalizaram que esta questão ocorreu repetidamente.

Divergências encontradas nas Secretarias Municipais destinadas a conduzir e acompanhar o andamento da obra e suas possíveis complicações podem ocorrer, bem como problemas advindos de situações imprevisíveis, entraves e outros problemas relacionados a burocracia pública e a eventuais situações acontecem e obrigam os profissionais a terem sabedoria e discernimento para adotar posturas capazes de direcionar o andamento do trabalho de forma que não provoque nenhuma espécie de insatisfação por parte dos moradores.

A pesquisa possibilitou constatar um alto grau de satisfação dos beneficiários com a implantação do Programa. Outro ponto que refere-se ao objeto de estudo desta pesquisa foi saber se a obra em referência melhorou a qualidade de vida dos moradores e quase que por unanimidade os mesmos demonstraram o reconhecimento da importância da obra para o Bairro e para a promoção da qualidade de vida dos seus moradores. Este indicador possibilita inferir que houve melhora nas condições de vida dos beneficiários.

Entende-se o relevante trabalho de todos os profissionais envolvidos na implantação e execução deste Programa reconhecendo as limitações e dificuldades encontradas. É visível o empenho e o envolvimento dos mesmos na tentativa de resolver, da melhor forma possível, os problemas de habitação e infraestrutura existentes no Bairro estudado. O mérito inicial é do Senhor Euvaldo de Almeida Rosa, que sensível aos problemas habitacionais e sociais existentes no município que lhe confiou por duas vezes o título de Prefeito, conquistou e implantou este Programa que trará benefícios para inúmeras famílias. O resultado encontrado reflete a gratidão e o reconhecimento dos moradores do Bairro Santa Madalena pelo excelente desempenho do seu trabalho e a sua incansável dedicação e perseverança com o município de Santo Antonio de Jesus.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, S. O desempenho do poder público na área habitacional: um breve retrospecto. *In: Déficit habitacional no Brasil* — Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995

BRAGA, Christiano, MORELLI, Gustavo e LAGES, Vinícius Nobre. **Territórios em Movimento: Cultura e Identidade Como Estratégia de Inserção Competitiva**. SEBRAE, 2004.

BRUYNE, Paul de; HERMAN, Jacques; SCHOUTHEETE, **Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais: Os pólos da prática metodológica**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

CODEVASF, Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. **Desenvolvimento Territorial**. 2010.

DENALDI, Rosana. **Políticas de Urbanização de Favelas: evolução e impasses**. Tese de Doutorado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo do Estado de São Paulo. São Paulo: UESP, 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GONÇALVES, Robson Ribeiro. **O déficit habitacional brasileiro: distribuição espacial e por faixas de renda domiciliar**. In: Estudos econômicos da construção. São Paulo, Sinduscon Vol. 2, n. 4, 1997.

GONDIM, Linda. **Requalificação urbana e estatuto da cidade: novas soluções para o velho problema das favelas**. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 30, 2006, Caxambu do Sul. Caxambu do Sul: ANPOCS, 2006.

KLUMB, Pedro. **Retrospectiva: do BNH à securitização**. Revista Construção Mercado - Negócios de Incorporação e Construção. Edição 79, 2008.

MINISTÉRIO DAS CIDADES - Secretaria Nacional de Habitação. **Manual para Apresentação de Propostas 2008/2011**. Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS – Programa Habitação de Interesse Social - Apoio à Construção Habitacional para Famílias de Baixa Renda. Brasília – DF, 2007. Disponível em:

<http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/secretaria-de-habitacao/legislacao/fnhis/cgfnhis/ManualURBANIZAcA020082011.pdf>. Acessado em: 27/09/2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE JESUS - **Projeto de Trabalho Técnico Social no Bairro Santa Madalena**, 1ª Etapa, Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social – Setor Habitação. Set. 2008.

PINHEIRO, Augusto Ivan de Freitas. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Urbanismo. Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos. **Políticas públicas urbanas na Prefeitura do Rio de Janeiro**. 2008.

SANTOS, Cláudio Hamilton M. **Políticas federais de habitação no Brasil: 1964/1998**. Brasília: IPEA, jul. 1999. (Texto para Discussão, n.654).

MENDONÇA, Camila F. Notícias: **Déficit habitacional brasileiro cai para 5,8 milhões de casas em um ano**. Site: <http://imovelavenda.com.br/Q6M> Acesso: 17/10/10. Postado por Roger Wolff em 25/03/2010.

ANEXO 01

Sexo: _____ Idade: _____ Escolaridade: _____

Nº agregado familiar: _____ Tempo que reside no Bairro: _____

Atividade profissional: _____

1. Você foi informado previamente sobre a abrangência do Projeto?
 Sim Não
2. O Projeto apresentado à comunidade está sendo implantado na sua totalidade?
 Sim Não
3. Você está satisfeito com o Projeto?
 Sim Não
4. Quanto ao desempenho das Secretarias envolvidas no Projeto (Infraestrutura e Ação Social) você está satisfeito?
 Sim Não
5. Você foi informado sobre os cursos inseridos no Projeto?
 Sim Não
6. Você e/ou sua família participou de algum dos cursos ministrados no Bairro?
 Sim Não
7. Na sua opinião os cursos oferecidos pelo Projeto melhoraram a renda da família?
 Sim Não
8. Você vai receber o título de posse definitivo do seu imóvel (Regularização Fundiária). Você se sente respeitado e incluído socialmente?
 Sim Não
9. No seu entender houve melhora na sua qualidade de vida?
 Sim Não
10. Após a conclusão do Projeto você tem interesse em continuar morando no bairro?
 Sim Não

ANEXO 02



Pavimentação em paralelepípedo

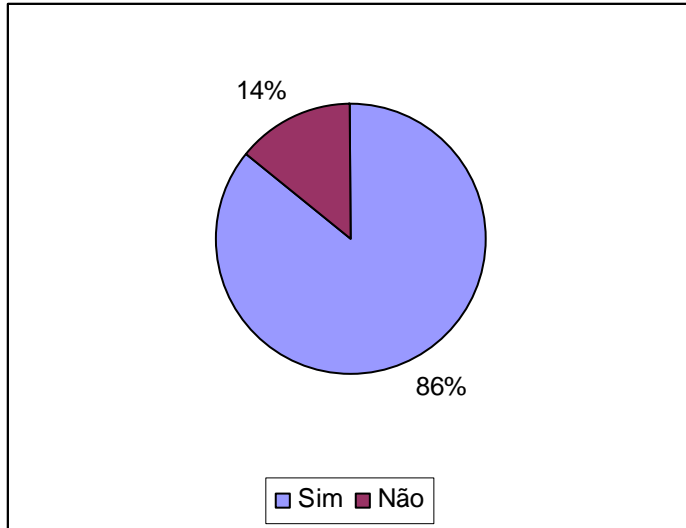


Melhorias Habitacionais

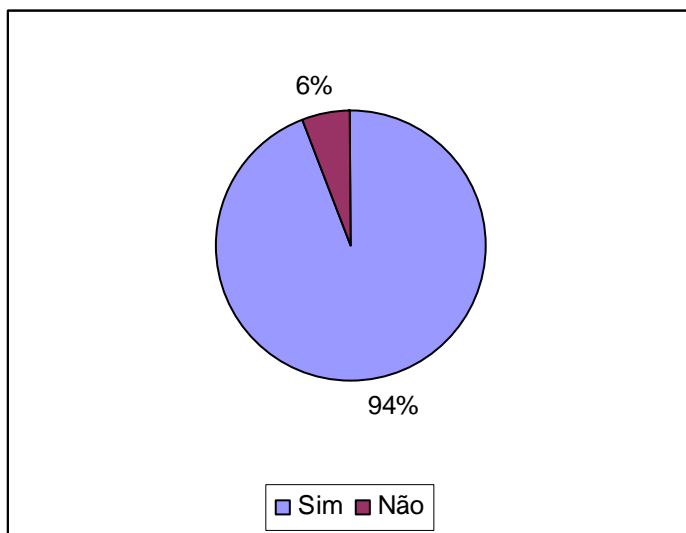


Casa nova

ANEXO 03



Satisfação com o Projeto



Melhora na qualidade de vida

ANEXO 04



ANEXO
DECLARAÇÃO DE AUTORIA

Declaração de Autoria

Eu, _____ . Diante deste instrumento, responsabilizo-me integralmente pelo conteúdo apresentado neste trabalho de conclusão de curso à Faculdade Adventista da Bahia, estando ciente das sanções e punições legais, no que tange a cópia parcial ou total de obra intelectual, o que se configura como violação do direito autoral previsto no **Código Penal Brasileiro no art.184.** ([...]§ 1º *Se a violação consistir em reprodução total ou parcial, com intuito de lucro direto ou indireto, por qualquer meio ou processo, de obra intelectual, interpretação, execução ou fonograma, sem autorização expressa do autor, do artista intérprete ou executante, do produtor, conforme o caso, ou de quem os represente [...]*), estando também ciente das penalidades previstas no **art.299** (*Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante*) do mesmo código no que tange a falsidade ideológica.

Assim sendo e por ser verdade subscrevo-me,

Autor do TCC

Cachoeira, ____/____/____